



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

ATA DA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2012

1 Aos 18 dias do mês de abril de 2012, das 13h30min às 17h40min, reuniu-se ordinariamente o Comitê da Bacia
2 Hidrográfica do Rio das Velhas - CBH Rio das Velhas, no Auditório da Associação do Hospitais de Minas Gerais, Rua
3 Carangola, 225, Bairro Santo Antônio, Belo Horizonte/MG .

4 **Participaram os seguintes conselheiros titulares:** Maria Valeska Duarte Drummond – Agência de Desenvolvimento
5 RMBH; Ênio Resende de Souza – EMATER; Inês Tourino Teixeira – Secretaria Estadual de Educação; Maurício de
6 Farias Soares – Secretaria Estadual de Saúde; Ronald Carvalho Guerra – Prefeitura de Ouro Preto; Elton Dias
7 Barcelos – Prefeitura de Funilândia; José Luiz de Azevedo Campello – Prefeitura de Santana do Riacho; Liliane
8 Boaventura – Prefeitura de Morro da Garça; Cristiane Shirley de Oliveira – Prefeitura de Presidente Juscelino; Valter
9 Vilela – COPASA; Bruno Gattás Hallak – Holcim; Wagner Soares Costa – FIEMG; Cesar Augusto Paulino Grandchamp
10 – VALE; Rogério Sepúlveda – Instituto Guaicuy; Cecília Rute de Andrade Silva – CONVIVERDE; Hilda de Paiva Bicalho
11 – Associação dos Proprietários das Chácaras da Rua Nossa Senhora da Piedade; Ademir Martins Bento –
12 SOPROGER; Simone Alvarenga Borja Bottrel – ARCA AMASERRA; Tarcísio de Paula Cardoso – ACOMCHAMA, Maria
13 Theresa Sampaio – Prefeitura de Contagem.

14 **Participaram os seguintes conselheiros suplentes:** Francisco Xavier Maia – Instituto Mineiro de Agropecuária IMA;
15 Adriano Tostes Macedo – FEAM; Henrique Augusto Reis – SEAPA; Marcelo Coutinho Amarante – IEF; Carlos Antônio
16 Pereira – Prefeitura de Rio Acima; Rosângela Maria Bicalho – Prefeitura de Lagoa Santa; Rodrigo Hott Pimenta –
17 Prefeitura de Ribeirão das Neves; Maria Mércia Rodrigues – Prefeitura de Baldim; Leandro Vaz Pereira – Prefeitura
18 de Corinto; Janaína Oliveira Pereira – SAAE Caeté; Priscila de Carvalho Oliveira – RIMA Industrial; Luciana Corrêa
19 Magalhães – Arcelor Mittal; Dalton Rodrigues de Oliveira – IBRAM; José de Castro Procópio – Associação de
20 Desenvolvimento de Artes e Ofícios - ADAO; Giordanni Oliveira Ottone – ASPRENARSA; Hildelano Delanusse
21 Theodoro – Faculdade Arnaldo, Alcides Teixeira Amaral Júnior – Caminhos da Serra.

22 **Participaram também:** Rodrigo Lemos, Derza Nogueira, Diane Freitas, Fernanda Oliveira, Daniel Rodrigues, Dimas
23 Correa, Clarissa Dantas, Izabella Resende e Luciana Gomes – Equipe de Mobilização CBH Rio das Velhas; Thiago
24 Augusto Pereira; Helena Flávia Marinho Pena – SCBH Ribeirão Arrudas; Sebastião E. B. Albino – SCBH Rio
25 Taquaraçu; Fabiana Fábrega de Oliveira – IGC/UFMG; Raquel Resende – INCISA/IMAM; Guilherme da Silva Oliveira
26 – FAEMG; Célia Fróes, Ana Cristina da Silveira, Thiago Gomes – AGB Peixe Vivo; Cynthia F. Camargo – Voluntária
27 CTECOM; Julia de Abreu Pinheiro – Instituto Proendêmicas; Renato Gomes Batista – VALE; Márcia Parreiras –
28 Coordenadora da CTECOM e da SMED BH; Magda Rocha Vaz Tertuliano – COPASA; Eduardo Bueno – Consultor;
29 Benami Waisberg – Recitec; Celso Costa e Luciene de Almeida – Anglogold; Rosângela D. Pinho – SMSA BH; Marcelo
30 Fiorino de Castro e Flávio Vasconcelos – AECOM; Ludmila Menezes Adão – Arcelor Mittal.

31 **Justificaram ausência os seguintes conselheiros:** Gisele Guimarães Caldas - Agência RMBH; Liliane Adriana Nappi
32 Mateus – FEAM; José Elias Cunha – Ruralminas; Luiz Carlos Alcântara Moraes – SEE; Daniel Medeiros de Souza –
33 SEMAD; Marcela Lencine Ferraz – SES; Weber Coutinho – Prefeitura de Belo Horizonte; Antônio Rubens Caldeira –
34 Prefeitura de Santo Hipólito; Carlos Diniz Murta Filho – Ferrous Resources; Valéria Almeida Lopes de Faria – CEMIG;
35 Carlos Alberto Santos Oliveira – FAEMG; Aduino Alves Ribas – Sindicato dos Produtores Rurais de Curvelo; Rubens
36 Vargas Filho – SINDIEXTRA; Irany Maria de Lourdes Braga – Anglogold; José Nelson de Almeida Machado – ABES
37 MG; Maria Tereza Pena – Associação Para o Desenvolvimento e Crescimento Humano; Paulo Henrique de Lucca
38 Munaier – ONG Leão; Eliane de Fátima Nunes – AMDA.

39 O Presidente do CBH Rio das Velhas, Sr. Rogério Sepúlveda, inicia a reunião agradecendo a presença de todos.
40 Informa sobre o evento de lançamento da “META 2014”, a se realizar no auditório da Cidade Administrativa em 26
41 de abril, e que o Comitê viabilizará transporte aos conselheiros. Fala a respeito das demandas dos municípios para
42 elaboração de projetos de saneamento, conforme a DN CBH Rio das Velhas nº 06/2011, e da proposta para a
43 contratação de uma única empresa para elaboração dos Planos Municipais de Saneamento por Unidade Territorial



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

ATA DA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2012

44 Estratégica – UTE da Bacia do Rio das Velhas, de modo a racionalizar e otimizar os recursos e integração dos
45 projetos de cada município inserido na UTE. Na sequência, passa a palavra para Valter Vilela - COPASA, que informa
46 as modificações na composição do Comitê, que passa a contar com os seguintes conselheiros: Wagner Soares Costa
47 – FIEMG, em substituição à Patrícia Bosen; Janaina Oliveira Pereira - SAAE Caeté, em substituição à Bernardo
48 Mourão Vorcaro; Luciana Corrêa Magalhães - Arcelor Mittal, em substituição à Ana Carolina Araújo Rapini; Liliansa
49 Adriana Nappi Mateus - FEAM, em substituição à José Cláudio Junqueira Ribeiro; Adriano Tostes de Macedo -
50 FEAM, em substituição à Alexandre Magrineli dos Reis; Alexandre Norberto Canuto Franco - Agência de
51 Desenvolvimento RMBH, em substituição à Gisele Guimarães Caldas. Rogério informa que o Comitê recebeu de
52 vários municípios demandas para elaboração de projetos na área de saneamento, conforme a DN CBH Rio das
53 Velhas 006/2011. Estas demandas foram encaminhadas para a AGB Peixe Vivo dar continuidade à análise e
54 viabilizar a elaboração dos Termos de Referência para contratar as empresas para execução. A Câmara Técnica de
55 Planejamento, Projetos e Controle do Comitê – CTPC e AGB Peixe Vivo analisaram e pontuaram estas demandas,
56 conforme critérios estabelecidos na Deliberação citada. Durante esta avaliação, foi verificado que alguns
57 municípios solicitaram adequação e/ou revisão de projetos elaborados há dez ou quinze anos atrás, mas que não
58 mais atendiam às necessidades do município. Deste modo, seria mais eficaz elaborar novo projeto para estes
59 municípios. Porém, tendo em vista a necessidade dos municípios terem os Planos Municipais de Saneamento
60 Básico, para que possam pleitar recursos em outras instâncias, observou-se então que seria mais adequado
61 trabalhar nesta primeira etapa a contratação de empresas para elaboração dos PMSB, e de modo a racionalizar
62 recursos, estas contratações ocorreriam por sub-bacia do Rio das Velhas, com a seguinte lógica: tendo todos os
63 municípios de uma mesma sub-bacia encaminhado solicitação para elaboração do PMSB, uma única empresa seria
64 contratada para elaboração destes planos, de maneira integrada, considerando todo o sistema da bacia
65 hidrográfica. Nesta lógica, os municípios da bacia do Rio Taquaraçu (Taquaraçu de Minas, Caeté e Nova União)
66 solicitaram a elaboração do Plano Municipal de Saneamento. Tendo Sabará também encaminhado sua demanda,
67 pode-se então contratar uma única empresa para elaborar os planos dos quatro municípios, abrangendo
68 totalmente as bacias dos Rios Taquaraçu e Caeté/Sabará, considerando que Caeté está inserida nas duas sub-
69 bacias. A maioria dos municípios da bacia do Rio Cipó também encaminhou solicitação para elaboração dos Planos
70 Municipais de Saneamento, com exceção de Santana de Pirapama. Levando em conta os critérios estabelecidos na
71 DN 006/2012, o município de Santana do Riacho teve a melhor pontuação. Os dois municípios da sub-bacia do Rio
72 Bicudo (Corinto e Morro da Garça) também encaminharam suas demandas. De maneira isolada, os municípios de
73 Itabirito, Ouro Preto e Funilândia também encaminharam suas demandas, sendo que este último encaminhou uma
74 proposta bem formulada para elaboração de projeto de saneamento em área rural. Para todos estes casos, falta
75 agora a AGB Peixe Vivo elaborar os Termos de Referência e preparar os editais para contratação das empresas a
76 executar os projetos. Rogério diz que formalizará um documento com estas informações e encaminhará aos
77 conselheiros na próxima reunião. Ronald Carvalho Guerra – Prefeitura de Ouro Preto, informa que encaminhou
78 projetos ao FHIDRO, e que está com dificuldades para aprovação em função das exigências estabelecidas, que tem
79 prejudicado diretamente o desenvolvimento dos mesmos e pede manifestação formal do Comitê do Rio das Velhas
80 à comissão do FHIDRO e ao secretário Adriano Magalhães . Rogério diz que participou de reunião do Conselho
81 Estadual de Recursos Hídricos na qual se iniciou a discussão do edital 2012 e que sugeriu que o edital tivesse
82 proposta de destinar recursos para 36 grandes projetos, um para cada uma das 36 Unidades de Planejamento e
83 Gestão de Recursos Hídricos do Estado - UPGRH, com finalidade de recuperação das bacias, já que esta deveria ser
84 a principal finalidade do FHIDRO. Ênio Resende – EMATER, fala que sua instituição também tem enfrentado as
85 mesmas dificuldades com o FHIDRO, e diz não ter estes problemas com os convênios que a EMATER tem com
86 outras instituições. Ênio convida para evento que será realizado no dia 11 de maio em Santa Luzia, no qual a



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

ATA DA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2012

87 EMATER, em parceria com a Ruralminas e o Banco do Brasil, com o apoio de produtores rurais da região, fizeram
88 um trabalho de recuperação ambiental em uma microbacia localizada no município. Este evento está sendo tratado
89 como um dia de campo onde serão apresentadas técnicas utilizadas para recuperação ambiental do local.
90 Passando para o item 4 da pauta “Discussão da ata da 64ª reunião do Comitê”, o cabeçalho da ata é corrigido, pois
91 constava data incorreta da realização da reunião. Tendo feita essa correção, a ata é aprovada por unanimidade.
92 Item 5. “*Apresentação: participação do Comitê do Rio das Velhas no Fórum Mundial das Águas*” Rogério apresenta
93 as discussões mais importantes no Fórum. Diz que um dos debates que mais aparecem estavam relacionados ao
94 tratamento mercantilista dado à água, caracterizado pela obtenção de lucro com o saneamento. Diz que,
95 representando o Comitê, participou ativamente das sessões temáticas tratando da “Boa Governança”, abordando
96 aspectos técnicos e de gestão política. Observou que predominou a discussão sobre a gestão de águas nas cidades
97 com foco nos serviços de saneamento, em detrimento da gestão por bacia hidrográfica. Diz que aproveitou a
98 oportunidade para visitar duas agências de bacia: Seine Normandie, que tem subcomissões equivalentes aos
99 nossos subcomitês, e sub-sedes da agência. O plano de aplicação de recursos dessa agência prevê a aplicação de
100 até 1% em ações de cooperação internacional. Visitou também uma agência de bacia menor, Artois Picardie, que se
101 mostrou mais aberta a parcerias internacionais. Esteve na Agência Francesa de Desenvolvimento, que tem função
102 parecida com o BNDS aqui no Brasil, mas que disponibiliza recursos para ações de saneamento, e inclusive, está
103 financiando obras em Santa Catarina, e que existe a possibilidade de visitarem Belo Horizonte. Visitou também o
104 Sindicato Misto de Saneamento, que é equivalente a um consórcio para ações de saneamento, que prevê também
105 1% de seu orçamento para trabalhos de cooperação. Deste modo, acha interessante buscar essa parceria para
106 ações de cooperação técnica, buscando desenvolver programas e projetos. Ao final, Rogério apresenta o vídeo
107 institucional do CBH Rio das Velhas distribuído durante o Fórum. 6º item de pauta “*Apresentação e discussão sobre*
108 *1a etapa da elaboração do TDR para contratação de serviços visando à atualização do Plano Diretor de Recursos*
109 *Hídricos da Bacia do Rio das Velhas*”. Rogério apresenta o consultor Eduardo Bueno, contratado para elaboração do
110 Termo de Referência para contratação de empresa para elaboração do Plano Diretor. Rogério fala do histórico das
111 discussões em várias reuniões da Câmara Técnica de Planos, Projetos e Controle do Comitê – CTPC. Apresenta um
112 pouco das intenções do que será contratado, mas que é um trabalho ainda em discussão, e da criação de grupo
113 para elaboração do Plano. Diz que pretende discutir em plenária o cronograma de execução do Plano. Eduardo
114 Bueno diz que o maior desafio é colocar no Termo de Referência tudo aquilo que se tem discutido durante todo
115 esse tempo, mas de forma a não “engessar” muito o trabalho. Valter diz estar preocupado com relação ao
116 enquadramento do rio. Diz que um enquadramento bem feito é a coisa mais importante do Plano Diretor, pois
117 mostra o que realmente se pretende para o rio, e a efetivação do mesmo precisa ser muito bem levantada.
118 Eduardo Bueno pergunta se não vale a pena análise da efetivação do enquadramento da DN de 1997. Dentro do
119 escopo do Plano Diretor seria então inserida uma nova proposta de enquadramento e as ações para acompanhar a
120 efetivação do mesmo? Valter confirma os dois questionamentos feito por Eduardo. Rogério diz que a idéia é
121 avaliar o que se foi feito de acordo com o que foi proposto em 1997. Valter diz que a empresa contratada deve
122 analisar o enquadramento proposto pelo COPAM em 1997 e propor novo enquadramento. Eduardo Bueno diz que,
123 por questões financeiras temporais, seria feita somente avaliação do enquadramento atual, inclusive pelo fato da
124 necessidade de consultas públicas nas Unidades Territoriais Estratégicas – UTE's, para tratar a respeito dos usos
125 preponderantes na bacia. Valter diz que não acha interessante o que está sendo feito, pois não traz perspectivas de
126 ações após a análise. E considera ser interessante ter uma nova proposta e levá-las para as consultas públicas. Ênio
127 diz que estar preocupado com a gestão de oferta de água na bacia, e pede para que no diagnóstico sejam
128 identificadas as áreas de recarga, e sejam discutidas ações e programas de melhoria da recarga hídrica na bacia. Diz
129 que concorda com as palavras do Valter. Wagner Soares Costa – FIEMG, propõe que as discussões envolvendo a



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

ATA DA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2012

130 questão industrial sejam tratadas de maneira setorial, uma vez que o consumo e a geração de efluentes é
131 diferenciada em cada um dos setores. E pede para aumentar o número de empresas visitadas por setores, uma vez
132 que já viu casos em outras bacias hidrográficas onde o número de empresas visitadas mostrou-se pouco
133 significativo. Wagner diz que deve-se verificar o alcance daquilo que foi proposto no enquadramento. Diz que é
134 fundamental verificar o que não foi atingido e o porquê de não ter sido atingido. Rogério considera diferente
135 avaliar o enquadramento e avaliar o resultado das ações e programas que pretendiam atingir o enquadramento.
136 José de Castro Procópio – ADAO, vê o enquadramento como uma das ferramentas independente do Plano Diretor.
137 Diz que tem duas formas de analisar o enquadramento: analisar o enquadramento real, o questão, e analisar o que
138 se pretende, aquilo que foi ideológico. Diz que é exatamente a guerra política que envolve o gerenciamento de
139 recursos hídricos. Fala também da capacidade de suporte, pois não adianta querer para o rio uma classe sendo que
140 ele não tem mais capacidade de suporte para isso. Pede também que seja feita uma análise das outorgas. Vê
141 também a necessidade de aumento dos pontos de monitoramento de qualidade de água. Considera que o Plano
142 Diretor deve definir os cursos prioritários para formação de corredores ecológicos, interligadas com as áreas
143 prioritárias para conservação, que tem a ver com o que existe de remanescentes e áreas de recarga. Ronald Guerra
144 – Prefeitura de Ouro Preto, fala da metodologia de construção do TDR. Considera necessário discutir melhor
145 algumas situações, com uma reunião interna da diretoria do Comitê. Diz estar preocupado com a questão da
146 escala. Diz que se entrar em detalhamento muito grande das UTE's, pode-se perder um pouco no que diz respeito
147 da visão como um todo da bacia. Considera importante trabalhar com uma Câmara Técnica específica para
148 acompanhamento do Plano Diretor. Sebastião Albino – SCBH Rio Taquaraçu, fala da gestão do uso e ocupação do
149 solo, que influi diretamente na qualidade da água. Considera importante a co-participação dos municípios na
150 elaboração do Plano Diretor da Bacia, a fazer a interação deste aos planos diretores municipais. Hildelano
151 Delanusse Theodoro – Faculdade Arnaldo, diz estar preocupado em relação ao tempo e as discussões até a
152 finalização do TDR. Envolve questões de saneamento, questões institucionais e também internas da diretoria. Diz
153 que a Câmara Técnica é quem dará o direcionamento para a elaboração do Plano. Pergunta da viabilidade efetiva
154 do que se pretende fazer, em função do tempo. Diz que foi um grande avanço a criação das UTE's, mas que
155 demanda um tipo de acompanhamento social muito forte, pois deverão ser realizadas efetivamente 46 reuniões, e
156 que a organização destes trabalhos é muito complexa. Pergunta quando será apresentado o documento efetivo do
157 TDR. Eduardo diz que o prazo previsto no contrato para entrega do documento é até o dia 08 de maio, e tem a
158 intenção de entregá-lo referente ao TDR até o dia 30 de maio. Diz ser difícil julgar se o processo está sendo
159 participativo ou não, pela necessidade se fechar primeira versão do texto e levar para discussão. Diz que foram
160 feitas reuniões para definir escopo do documento, prazos e recursos financeiros disponíveis para elaboração do
161 Plano. Eduardo considera também, que sua principal responsabilidade é elaborar a minuta do TDR, de modo que a
162 empresa a ser contratada tenha viabilidade para executar o escopo dentro do prazo estabelecido. Fala que para o
163 setor industrial, a proposta metodológica para o TDR teria como referência somente dados secundários, sem
164 nenhuma visita às indústrias, em função dos prazos de execução. O mesmo vale para a análise do enquadramento,
165 e que neste caso, as questões discutidas na reunião surgiram pela primeira vez. Diz não ter condições de assumir
166 viabilidade técnica e financeira para execução das novas questões e novos aspectos metodológicos apresentadas
167 sem antes apresentar um escopo do trabalho. Diz que o prazo da minuta, conforme o contrato, será cumprido, que
168 é até o dia 08 de maio. Diz que sua maior preocupação está relacionada ao Plano levar em conta uma nova
169 proposta para enquadramento dos cursos de água, pois já viu casos em que se discutiu este tema por cerca de dois
170 anos. Rogério diz que a intenção era levar a discussão ao plenário, para que os conselheiros não sejam
171 surpreendidos com a publicação de um Termo de Referência para execução do Plano, sem que tenham
172 conhecimento prévio e tenham contribuído para a discussão. Em reunião da Diretoria Ampliada, foi definido que as



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

ATA DA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2012

173 atribuições relativas ao PDRH são da CTPC. Considera necessário fazer um recorte bem claro das ações, em função
174 do recurso disponível e do que é possível ser feito, e também uma análise mais clara do enquadramento atual, para
175 que se possam definir diretrizes a serem trabalhadas pela nova gestão do Comitê. E também trabalhar melhor a
176 questão do monitoramento, para que se possa conhecer melhor os cursos de água da bacia, e a partir deste
177 conhecimento poder definir metas e ações e propor um novo enquadramento. Ronald considera que é necessário
178 discutir junto à diretoria, inclusive a Diretoria Ampliada, para que se possa trabalhar melhor e encaminhar as
179 discussões com relação à atualização do Plano Diretor junto à CTPC. Item 7 da pauta: *“Discussão Deliberação CBH*
180 *Rio das Velhas – Aprova princípios e diretrizes de Educação, Comunicação e Mobilização para a bacia do Rio das*
181 *Velhas”*. Márcia Parreiras, coordenadora da Câmara Técnica de Educação, Comunicação e Mobilização –
182 representante da Prefeitura de Belo Horizonte, inicia apresentando as pessoas que trabalharam diretamente na
183 formulação dessa Deliberação, sejam conselheiros do Comitê, da Câmara Técnica, a Equipe de Mobilização do
184 Comitê e convidados. Na sequência, apresenta o documento, com a forma na qual foi organizado, e os as bases
185 legais, conceituais, macro diretrizes e os princípios e diretrizes de comunicação, educação e comunicação. Valter
186 considera não ter sido necessário encaminhar este documento para avaliação junto à Câmara Técnica Institucional
187 e Legal – CTIL, por não haver nenhum aspecto em que possa contradizer alguma legalidade. Parabeniza a equipe
188 que realizou o trabalho, que foi muito bem feito. Hildelano também parabeniza e elogia o trabalho, e solicita
189 destaque no texto para “bacia hidrográfica”, para que todas as pessoas que tenham acesso ao documento possam
190 entender de imediato a que tipo de organização territorial se trata. A Deliberação Normativa é aprovada por
191 unanimidade. Na sequência, Márcia apresenta para discussão o item 8 da pauta *“Discussão Deliberação CBH Rio*
192 *das Velhas 09/2012 – Aprova o Plano de Ação de Educação, Comunicação e Mobilização para a Bacia Hidrográfica*
193 *do Rio das Velhas”*. São apresentadas as ações e objetivos a curto, médio e longo prazo e os resultados a serem
194 gerados. Valter considera um plano de ação fantástico, porém, ambicioso. Wagner considera que se deve
195 estabelecer as metas e avaliar o estudo de percepção à luz do que está definido no Plano Diretor da Bacia.
196 Realizadas as alterações solicitadas, a Deliberação é aprovada por unanimidade. Ronald convida a Câmara Técnica
197 para apresentar as duas deliberações no Fórum de Educação Ambiental de Ouro Preto, no mês de agosto. Item 9
198 *“Processo de Outorga 05654/2008, Anglogold Ashanti Brasil Mineração S/A, Mina de Lamego, Bacia do Rio Caeté-*
199 *Sabará”* Daniel Rodrigues – Equipe de Mobilização do Comitê, apresenta o território de implantação e os dados
200 relativos à característica do empreendimento e os encaminhamentos tomados pelo Comitê para análise deste
201 processo, desde o dia em que este foi protocolado na sede do Comitê. Rogério diz que durante a penúltima reunião
202 da CTOC o Comitê recebeu informações que várias famílias consumiam água diretamente da tubulação cuja
203 captação está a jusante do empreendimento para o qual foi licenciado lançamento de efluentes decorrentes da
204 operação da sua atividade, e que esta água não eram de boa qualidade, diferentemente do que foi informado no
205 relatório de análises contratado pela empresa. Então, o Comitê comunicou à Secretaria Estadual de Saúde, à
206 Vigilância Ambiental de Sabará, e se reuniu com estas entidades, a COPASA de Sabará e com o Empreendedor, para
207 tratar deste assunto, que está relacionado ao abastecimento de água daquela comunidade e à saúde da população.
208 Hilda de Paiva Bicalho – Associação dos Proprietários das Chácaras da Rua Nossa Senhora da Piedade, diz que
209 participou de todas as discussões que envolveram a análise deste processo, e fala das omissões cometidas no
210 relatório que a empresa contratada para elaboração do diagnóstico do local apresentou. Fala do acordo firmado
211 entre o Comitê e a Anglo Gold, em que o empreendedor modificaria o seu processo de tratamento, e elaboraria
212 estudos mais elaborados e atualizados a respeito da qualidade e da eficiência do tratamento da qualidade das
213 águas lançadas no córrego, e os apresentaria ao Comitê e aos órgãos ambientais em até 24 meses. Deste modo, o
214 prazo de validade da outorga também seria reduzido para o prazo em que os novos estudos seriam realizados. Ênio
215 Resende não considera adequado o monitoramento realizado, pois o relatório apresenta resultados de análises



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS

ATA DA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2012

216 referentes ao período chuvoso, e pede para que constem nas condicionantes questões condicionadas também ao
217 monitoramento. Ênio também acha mais prudente a Anglo Gold apresentar uma proposta de tratamento. A
218 aprovação da outorga é colocada em votação e aprovada, mas tendo duas abstenções. Uma, do conselheiro
219 Wagner Soares Costa – FIEMG, que justificou dizendo que não poderia votar contra, pois houve acordo com a
220 empresa. Este mesmo conselheiro ressaltou que *“o Comitê extrapola a Deliberação Normativa CERH nº 31/2009,*
221 *em seus artigos 4º e 7º. A Constituição criou dois sistemas diferenciados complementares, o de Meio Ambiente e o*
222 *de Recursos Hídricos, mas não podem ter a mesma linha de atuação, um não pode interferir no outro. Com essa*
223 *confusão que está sendo criada, o Comitê está atuando, misturando, tomando posse do Sistema de Meio*
224 *Ambiente”*. A outra abstenção foi do conselheiro Ronald que disse ser por uma questão de procedimento, pois
225 recebeu a Deliberação com uma redação, que foi modificada no ato da discussão da mesma em plenário, e
226 também porque entende que o Comitê não deveria entrar em questões relativas ao prazo das outorgas. O
227 presidente Rogério lembrou que este assunto levantado pelo representante da FIEMG deve ter uma discussão mais
228 ampla e os conselheiros Bruno Hallak – Holcim e Priscila Oliveira – RIMA Industrial concordaram com essa
229 necessidade. Item 10 da pauta *“Apresentação sobre acompanhamento da prestação de contas do Contrato de*
230 *Gestão 003/2009 - AGB Peixe Vivo”* Célia Fróes – Diretora Geral da AGB Peixe Vivo, apresenta os resultados da
231 execução do Contrato 003/2009, firmado entre a Agência e o IGAM para execução dos recursos da cobrança na
232 bacia do Rio das Velhas. Diz que o resultado da avaliação do IGAM relativo à execução do contrato durante o ano
233 de 2010 foi divulgado há cerca de um mês, e a prestação de contas do ano de 2011 já foi enviada, mas ainda não
234 obteve resposta a respeito da avaliação. Diz que em 2011 os gastos foram em sua maioria com manutenção do
235 Comitê e da Agência, e em 2012 é que o recurso está sendo utilizado com a execução de projetos. Diz que todas as
236 informações estão disponíveis no site da AGB Peixe Vivo. Não havendo mais nenhum assunto para tratar, o
237 Presidente do Comitê, Sr. Rogério Sepúlveda, agradece a presença de todos, e encerra a reunião da qual se lavrou a
238 presente ata.

239

240

Rogério de Oliveira Sepúlveda

241

Presidente do CBH Rio das Velhas

242

243

Valter Vilela Cunha

244

Secretário do CBH Rio das Velhas

245

246

ATA DE REUNIÃO APROVADA EM 29 DE JUNHO DE 2012.